



Após Alberto Mendes solicitar informações sobre o PCC, Gaúcho pede explicações sobre retirada da parcela incorporada

Técnicos agitam Conselho Universitário

Durante o último encontro do Conselho Universitário (01/03), o conselheiro Alberto Mendes considerou o ano de 2013 como importantíssimo para a carreira técnico-administrativa. Ele solicitou informações sobre o andamento da Reformulação do Plano de Carreira ao presidente do Conselho, Ricardo Vieiralves. Vieiralves lembrou a tramitação do plano pelas diversas instâncias - desde sua aprovação pelo Consun até o seu encaminhamento pela Reitoria à Seplag e posterior devolução - e afirmou que segunda-feira (04/03), o texto voltaria à Seplag. Além disso, ele pediu para que o Conselho confiasse total autonomia à bancada técnico-administrativa no sentido de fazer ajustes no Plano, cabendo ao Consun apenas referendar a proposta final.

Outro tema de extrema importância para os técnicos foi levantado pelo conselheiro Jorge Luís (Gaúcho). Gaúcho afirmou ter informações de que a SRH está preparando uma avaliação baseada em desempenho, que poderia ser prejudicial ao servidor por abrir margem a critérios subjetivos. Inclusive, esta avaliação contraria a lei que rege a carreira dos técnico-administrativos da Uerj (Lei 4796/2006), que estabelece **avaliação específica**.

Como reforço à nocividade da medida, Gaúcho citou a tramitação do Projeto de

Lei PLP 248/1998 na Câmara dos Deputados Federais, que, se aprovada, é passível de exoneração de servidores que tiverem duas avaliações insuficientes consecutivas ou três avaliações insuficientes alternadas. O conselheiro solicitou que fosse mantida a resolução 01/2011, de 06 de junho de 2011, que estabelece o uso da "pontuação anterior [2009] dos servidores técnico-administrativos quando do Programa de Avaliação Específica". Gaúcho recebeu o apoio de toda a bancada de técnico-administrativos.

Dessa forma, os técnicos que não foram avaliados devido ao período de estágio probatório estarão submetidos aos critérios utilizados em 2009. Os demais permanecerão sob as determinações da resolução 01/2011.

Gaúcho também cobrou do presidente do Conselho o número do processo que originou a retirada da parcela incorporada A/C 90 - Lei 1698/90 dos contracheques dos aposentados, sob orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em resposta ao pedido de audiência feito pelo Sintuperj, o TCE alegou desconhecer o processo que culminou na supressão da quantia. Acrescentou ainda que precisaria do número do processo para atender ao pedido do sindicato. O presidente do Conselho convocou representantes da SRH para dar esclarecimentos sobre o assunto.

Sintuperj homenageia Dia da Mulher



Nesta sexta-feira (08/03), o Sintuperj promove um debate em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A palestra *O verdadeiro significado do Dia da mulher, a história que a mídia não conta* terá as presenças de Cecília Schubsky, mestre em História política, da médica do Hospital Pedro Ernesto (Hupe), Iná Meireles e Thereza Camello, microbiologista do Hupe. Ao final, Rose Maia e Alice Vasquez encerram o evento com violão e voz. O evento será no Auditório 13, bloco F, 1º andar do Pavilhão João Lyra Filho (*campus* Maracanã).

Inscrições abertas para o preparatório de concursos



Estão abertas as inscrições do preparatório para concurso público. Elas podem ser realizadas das 9h às 18h na secretaria do sindicato, Rua São Francisco Xavier, nº 524, sala 1020, bloco D. O curso é voltado para sindicalizados e dependentes e as aulas estão previstas para começar dia 06 de abril. Portanto, não perca tempo. Informações pelo telefone 2234-0945.

Técnicos cobram explicações à SRH

A bancada dos técnico-administrativos, formada por Carlos Crespo, Alberto Mendes, Jorge Luís (Gaúcho), Celso Santos e Genciara Marinho, reuniu-se (01/03) com representantes da Superintendência de Recursos Humanos (SRH). Os trabalhadores ouviram da SRH que a orientação do TCE para a retirada da parcela incorporada não partiu de um processo único, mas sim de processos individuais. Eles recordaram que o TCE questionou o que representava a quantia descrita no contracheque A/C 90 - Lei 1698/90. Na época, a SRH respondeu que se tratava de quantia referente

a “auxílio alimentação”. A partir daí, o tribunal passou a requerer a supressão da quantia.

Gaúcho reforçou que a resposta da SRH fora equivocada e causadora do imbróglio atual. “Não é auxílio, é parcela incorporada ao salário”, afirmou. O conselheiro reforçou que o TCE interpreta erradamente o artigo 20 da lei 4.796/06, uma vez que a parcela incorporada passou a compor o salário a partir de 1990, após a promulgação da Lei 1698, que transferiu os trabalhadores de órgãos públicos do regime celetista para o estatutário.

Gaúcho solicitou à SRH uma listagem dos processos que retiram as parcelas in-

corporadas para assim poder agendar uma audiência com o presidente do TCE. A representante da SRH garantiu que enviaria o documento na semana seguinte.

Sobre a elaboração dos critérios de avaliação para a progressão específica, a SRH informou que continuará trabalhando na questão. O conselheiro Gaúcho lembrou, no entanto, ser necessário respeitar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os critérios de avaliação devem ser apresentados aos servidores, no mínimo, com um ano de antecedência para todos tomarem ciência do modo como serão avaliados.



Bancada técnico-administrativa do Consun em reunião com SRH

Cecierj cobra plano de carreira

No dia 28/02, os funcionários da Cecierj paralisaram as atividades por 24h, como forma de pressionar a Seplag para o envio do Plano de Cargos e Salários (PCS) da categoria para votação no Alerj. Eles receberam o deputado estadual e presidente da Comissão de Educação da Alerj, Comte Bittencourt (PPS), que defendeu urgência na instituição de um plano de carreira para estes trabalhadores.

Apesar de não poder garantir, Comte disse ter recebido informações de que o plano da categoria seria enviado para a Alerj até o dia 20 de março. Afirmou, no entanto, que agendaria encontro com o secretário de Ciência e Tecnologia para saber sobre a tramitação do PCS.

Também houve uma exposição com ilustrações produzidas pelos funcionários da Cecierj e que compõem o material didático. Algumas chegaram, inclusive, a serem pu-



Coordenador Geral do Sintuperj, Antônio Virgínio: “A Cecierj é uma universidade. O governo tem que reconhecê-la!”

blicadas em grandes veículos de comunicação.

O Coordenador Geral do Sintuperj, Antônio Virgínio, prestou solidariedade aos trabalhadores e pediu ao deputado Comte Bittencourt que lute para que o plano de carreira não seja aprovado sem a garantia de

pagamento dos triênios. Reforçou a defesa pela unificação dos planos de carreiras dos trabalhadores técnico-administrativos das universidades públicas estaduais e finalizou: “A Cecierj é uma universidade. O governo tem que reconhecê-la!”.